

**FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – FUPAC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIAIS DE UBERLÂNDIA –
FEESU**

XXIII SEMANA PEDAGÓGICA – ISSN: 19821778

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O MITO DA MERITOCRACIA
RACIAL**

Mariana Marques Faria

mfariamarqs@gmail.com

Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia – FEESU

Bill Robson Monteiro Lisboa

billlisboa@unipac.br

Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia - FEESU

Resumo Expandido

O referido trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no componente curricular de Educação para o Ensino de História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira como atividade avaliativa desenvolvida no primeiro semestre no ano de 2026 no curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia – FEESU/FUPAC. A proposta foi realizar pesquisas referentes às Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais para acesso às Universidades públicas, problematizando o discurso equivocando da meritocracia racial. No filme *Escritores da Liberdade*, dirigido por Richard LaGravenese, a professora iniciante Erin Gruwell assume, em 1994, uma turma da Wilson High School composta por jovens socialmente e historicamente marginalizados (as), considerados irrecuperáveis pelo sistema educacional de Long Beach. Em um contexto de extrema tensão racial e violência, estudantes vivem segregados (as) e hostis, a grande mudança ocorre quando Erin utiliza um desenho racista feito em sala de aula para abordar o Holocausto, revelando que os (as) estudantes desconheciam os horrores do nazismo. Para romper essas barreiras, ela desenvolveu dinâmicas como o jogo da linha, que destaca as dores comuns entre eles (as), e entrega diários para que escrevam sobre suas vidas. Por meio dessa escrita, os (as) jovens processam seus sofrimentos, superam os preconceitos e passam a enxergar a humanidade uns nos outros, transformando o ódio em união. Na obra, a direção e os (as) professores (as) desistiram desses estudantes antes mesmo de tentar “ensiná-los”, tratando a juventude periférica como um caso perdido e negando-lhes livros novos ou incentivos. No cenário

brasileiro, observa-se um fenômeno muito semelhante, visto que a baixa quantidade de pessoas pretas e pardas em cursos socialmente elitizados como Medicina e Direito não decorre de “falta” de inteligência, mas de um sistema que impõe obstáculos desde cedo. Enquanto o (a) jovem rico (a) possui tempo e dinheiro para focar exclusivamente nos estudos, o (a) jovem negro (a) frequentemente precisa escolher entre o caderno e o trabalho para garantir o sustento familiar. Essa desigualdade estrutural remonta à história do país, dado que a abolição da escravidão ocorreu sem qualquer assistência aos (as) ex-escravizados (as), permitindo que as famílias brancas acumulassem riqueza e acesso à instrução ao longo das décadas, enquanto a população negra foi “empurrada” para a pobreza. Esse processo histórico gerou um abismo em que jovens brancos (as) estudam em colégios particulares de elite e negros (as) frequentam escolas públicas sucateadas. Assim como os (as) estudantes de Erin viviam imersos na guerra de gangues, torna-se extremamente complexo focar em um vestibular concorrido quando a maior preocupação individual é a sobrevivência ou a fome. Além do fator financeiro, há a barreira psicológica do não pertencimento. No início do longa-metragem, os (as) estudantes rejeitavam as aulas porque o conteúdo não dialogava com o contexto social deles (as). Nos cursos de elite, ocorre o mesmo, pois a escassa presença de negros (as) e pardos nesses espaços faz com que o (a) jovem periférico cresça acreditando que aquele mundo não lhe pertence, funcionando como uma barreira invisível que reserva o topo da pirâmide social aos (as) brancos (as) e ricos (as). Esse ambiente elitizado afasta talentos que poderiam transformar a sociedade, provando que a capacidade está em todos os lugares, mas as oportunidades não. A sub-representação negra no ensino superior de prestígio reflete um sistema de exclusão infantil que retira as ferramentas de desenvolvimento dos (as) jovens, demandando políticas de apoio real como as cotas e o investimento na escola pública para que o potencial humano não seja sufocado pelo preconceito. O objetivo dessas ações afirmativas não é conceder privilégios, mas corrigir uma desigualdade histórica para equiparar o ponto de partida de todos (as) os (as) cidadãos (ãs). Historicamente, esse processo ganhou força quando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, em 2000, a reserva de metade das vagas das universidades estaduais para estudantes oriundos da rede pública e, no ano seguinte, destinou 40% dessa cota para candidatos (as) autodeclarados pretos e pardos. O impacto dessas medidas é evidente nos índices educacionais ao longo das últimas décadas. Entre os anos de 2001 e 2010, a presença de negros (as) no ensino superior oscilava entre apenas 10% e 15%, e a taxa de conclusão de curso para esse grupo ficava abaixo de 5%. Esse cenário mudou

drasticamente no período entre 2018 e 2022, quando a presença negra atingiu a marca histórica de 50,3% dos (as) estudantes universitários, enquanto o índice de formandos (as) pretos e pardos subiu para a faixa de 18% a 20%. No campo da Medicina, uma das carreiras mais elitizadas, a transformação também é perceptível: a participação de estudantes negros saltou de singelos 8% em 2010 para 25% em 2019, alcançando o patamar de 32% a 35% no ano de 2023. No entanto, embora o número de estudantes negros tenha triplicado nessa área, a Medicina permanece como o curso que oferece maior resistência à paridade demográfica, pois, apesar das políticas de cotas, essa população representa 56% do total de brasileiros, mas ainda não conseguiu ocupar sequer 40% das vagas médicas disponíveis. Diante disso, fica claro que a trajetória dos (as) estudantes do filme *Escritores da Liberdade* e a realidade do sistema educacional brasileiro se cruzam na urgência de um olhar mais justo e inclusivo. A educação não pode continuar sendo um privilégio de partida, mas o terreno em que todos (as) tenham os mesmos direitos e oportunidades sociais. Enquanto carreiras de prestígio como a Medicina ainda resistirem a espelhar a verdadeira face da nossa população, a luta por igualdade estará longe de terminar. Transformar essa estrutura excludente exige persistência e políticas afirmativas contínuas, pois só assim garantiremos que o destino de um jovem seja definido pelo tamanho do seu talento, e não pelas barreiras invisíveis do preconceito.

Palavras-Chave: Políticas de Ações Afirmativas. Mito da Meritocracia Racial, *Escritores da Liberdade*.

Referências:

Cultura Genial. *Escritores da Liberdade* (filme): resumo e análise. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/>. [Acesso em: 14 jun. 2026].

ESCRITORES da Liberdade (*Freedom Writers*). Direção: Richard LaGravenese. Produção: Danny DeVito, Michael Shamberg e Stacey Sher. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2007. 1 DVD (123 min.).

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de

estudantes da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus nas universidades públicas estaduais. Rio de Janeiro, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001. Institui o sistema de cotas para estudantes autodeclarados negros e pardos no acesso às universidades estaduais. Rio de Janeiro, 2001.

(Nota: Os dados estatísticos citados sobre o Ensino Superior e a Medicina no Brasil entre 2001 e 2023 baseiam-se em séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por meio do Censo da Educação Superior).